

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, deu-se início à 2ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFRJ, sob a presidência do Magnífico Reitor Paulo Roberto de Assis Passos. Estiveram presentes os conselheiros: Marilda Pimenta Melo (Representante Titular da FIRJAN), Eurico Marchon Neto (Representante Suplente SEDEIS), André Luis Rosário dos Santos (Representante Titular FECOMÉRCIO-RJ), João Gilberto da Silva Carvalho (Representante Suplente Diretores-Gerais), Pedro Paulo Merat (Representante Suplente Diretores-Gerais), Florinda do Nascimento Cersósimo (Representante Suplente Diretores-Gerais), Marco Aurélio Passos Louzada (Representante Titular Docentes), Marco Aurélio do Espírito Santo (Representante Titular Docentes), Jefferson Robson Amorim da Silva (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Paulo Pontes de Castro (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Otávio Pereira Carneiro (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Jane Francisco da Silva Valpassos (Representante Titular Técnicos-Administrativos), além dos convidados Risiberg Ferreira Teixeira (Docente do *Campus* Arraial do Cabo), Luciana Cardoso Nogueira (Diretora-Geral de Pesquisa e Pós-Graduação), Mira Wengert (Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPI), Danielle Silva de Araújo (Chefe da Auditoria Interna – AUDIN), Edson da Silva Beckman (servidor da AUDIN e membro da Comissão Eleitoral Central para as Eleições do ConSup), Saturnino Alves Antonio (servidor da Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP e membro da Comissão Eleitoral Central para as Eleições do ConSup), Leila Cavalcante de Brito Mello (Docente do *Campus* Nilópolis e Presidente da Comissão Eleitoral Central para as Eleições do ConSup), Edgard Barros de Araújo (Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP), Miguel Roberto Muniz Terra (Pró-Reitor de Administração e Planejamento – PROAD), Adriana Lilian Lisboa (Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação – CPA). O presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e destacando que seria a última reunião com esta composição do Conselho Superior do IFRJ, uma vez que a eleição para novos conselheiros havia sido finalizada e a homologação do resultado final, divulgado pela Comissão Eleitoral Central, seria um dos pontos de pauta desta reunião. A presidente da Comissão Eleitoral Central, a professora Leila Cavalcante, avisou anteriormente que chegaria às onze horas para participar da reunião. Sendo assim, o presidente informou aos conselheiros que adiantaria a discussão dos demais pontos de pauta de relevante importância. O presidente destacou que seria um dia atípico, pois haveria na parte da tarde a reunião do Planejamento Estratégico no prédio da Reitoria localizado no Centro da cidade, e estabeleceu um teto de até às doze horas para o término da reunião. O presidente informou que os principais assuntos que precisavam ser discutidos seriam: a aprovação da oferta e Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação em Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino, do *Campus* Arraial do Cabo, a execução orçamentária de 2016, e a homologação do resultado das eleições para novos conselheiros internos nos segmentos Docente, Técnicos-Administrativos e Discentes. Em seguida, o presidente passou a palavra para o Diretor de Gestão de Pessoas, Edgard Barros, para que ele pudesse relatar e passar maiores informações acerca das audiências públicas realizadas junto aos servidores, para discussão da flexibilização da jornada de trabalho dos técnicos-administrativos. O Diretor informou que as audiências foram realizadas no sentido de ampliar a referida discussão, e acrescentou que foram promovidas quatro audiências públicas nos *campi* Arraial do Cabo, Volta Redonda, Nilópolis e Rio de Janeiro, e uma consulta pública *online* no período de vinte e dois de maio a vinte de junho, a fim de se obter o posicionamento da

50 comunidade acadêmica acerca da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores
técnicos-administrativos. O Diretor ressaltou que, junto à consulta pública, havia a minuta
de Resolução, elaborada pelo “Grupo de Trabalho 30 horas”, constituído por servidores,
no *site*, para que o servidor pudesse ter maiores detalhes acerca do assunto. Ele destacou
que os debates foram intensos, houve razoável aderência da comunidade, e foram
55 enviadas algumas sugestões por parte dos servidores. Ele informou também que tais
sugestões e o resultado da consulta pública seriam submetidos ao ConSup. Então, o
presidente acrescentou que a flexibilização da jornada de trabalho dos técnicos-
administrativos seria decidida pelos servidores, e que era um compromisso da Gestão. Ele
esclareceu que, antes mesmo da finalização dos trabalhos do GT 30 horas, havia um
60 compromisso preliminar de que a decisão final caberia aos servidores. Então, o presidente
agradeceu aos membros do GT 30 horas pelo trabalho realizado, ressaltando que esse
trabalho iria subsidiar a decisão dos servidores sobre a aderência ou não à flexibilização
da jornada de trabalho dos técnicos-administrativos. Em seguida, o conselheiro Jefferson
Amorim, que também fez parte do GT 30 horas, esclareceu que o trabalho foi realizado
no sentido de regulamentar a jornada de trabalho dos técnicos-administrativos, e não a
65 carga horária de trabalho dos mesmos, pois a carga horária já era regulamentada. Então,
o conselheiro disse que o GT também fez uma pesquisa sobre a opinião dos servidores, e
foi observado que os docentes também poderiam opinar acerca da flexibilização da
jornada de trabalho dos técnicos. O conselheiro questionou ao Diretor Edgard Barros se
na consulta pública haveria distinção entre os votos dos docentes e dos técnicos. O Diretor
70 respondeu que sim. Então, o conselheiro Jefferson Amorim questionou ao Diretor Edgard
Barros o que seria feito caso os docentes optassem por não apoiar a flexibilização da
jornada de trabalho dos técnicos. O Diretor respondeu que nesse caso a decisão caberia
ao ConSup. Após isso, o presidente disse que todo o levantamento realizado seria levado
ao Conselho Superior, enfatizou que se tratava de uma discussão democrática e
participativa, por isso cabia também a opinião dos docentes. O conselheiro Jefferson
75 Amorim respondeu que em uma discussão democrática e participativa deveria prevalecer
a opinião da maioria. O presidente disse que o Conselho iria decidir qual a melhor
alternativa a ser adotada. Então, o conselheiro Otávio Pereira Carneiro perguntou qual o
prazo para a conclusão da regulamentação da jornada de trabalho dos técnicos. O
presidente respondeu que todo o trabalho do GT e da DGP seria levado ao ConSup o mais
80 breve possível. O presidente lembrou que a primeira composição do GT 30 horas foi
desconstituída a pedido do ConSup, e levou cerca de mais de um ano para ser formado
um novo GT. O conselheiro Jefferson Amorim disse que a audiência pública não atendeu
a um grande quantitativo de servidores, e por isso acreditava que tais audiências não
trouxeram benefícios para subsidiar a decisão dos servidores. Em seguida, passando para
85 a Ordem do Dia, o presidente procedeu à aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi
projetada e os conselheiros Marco Aurélio Louzada e Jefferson Amorim apresentaram
sugestões de alterações que foram realizadas pela secretária Mônica Castro. Então, o
presidente lembrou que ainda havia dois pontos pendentes da reunião anterior. Um deles
seria sobre a homologação do parecer da CPPD acerca do recurso interposto pela
90 servidora Ana Beatriz Tavares em seu processo de pedido de concessão de RSC. O
presidente esclareceu que a CPPD indeferiu a solicitação da professora para recebimento
retroativo de valores referentes a RSC, e a professora interpôs recurso. O recurso fora
encaminhado para a Procuradoria Jurídica junto ao IFRJ, que corroborou com a opinião
da CPPD, porém, a referida Comissão entendeu ser cabível a submissão do tema ao

95 Conselho Superior. Então, o presidente questionou aos conselheiros se eles concordavam em acatar a discussão do tema no âmbito do Conselho, ou se eles acreditavam que tal discussão seria estritamente administrativa. O conselheiro Marco Aurélio Louzada disse que, em seu entendimento, o Conselho Superior tratava de assuntos mais gerais da instituição. O conselheiro Pedro Paulo Merat disse que havia uma Comissão formada para
100 realizar a análise da questão, e a servidora estava buscando seu direito junto a esta Comissão. Ele complementou dizendo que o parecer da CPPD foi encaminhado à Procuradoria, e, na sua opinião, o Conselho Superior não deveria se envolver em tal questão, sendo que provavelmente alguns conselheiros não puderam ler a documentação com a atenção que o processo merecia, e a CPPD provavelmente estudou o caso a fundo
105 para tomar sua decisão. A conselheira Jane Valpassos concordou com a opinião do conselheiro Pedro Paulo, endossando que se tratava de uma decisão administrativa. O presidente disse que o Conselho não teria fundamentação legal para se sobrepor ao que a CPPD e a Procuradoria colocaram. O conselheiro Jefferson Amorim disse que era favorável à aceitação da discussão no âmbito do ConSup. O presidente colocou o tema em votação. Houve nove votos contra a aceitação da matéria como pauta do Conselho Superior, um voto favorável e duas abstenções. O conselheiro Jefferson Amorim lembrou aos conselheiros que a remoção de uma servidora já foi matéria de discussão no âmbito do Conselho Superior. Em seguida, retomando o tema da reunião anterior sobre o controle do ponto docente, o presidente questionou aos conselheiros se eles entendiam
115 que o referido tema deveria ser pauta do Conselho Superior, ou se eles entendiam que se tratava de um assunto de decisão administrativa, de competência do Reitor junto com o corpo gestor da instituição, regulamentado por legislação superior. O presidente colocou o tema em votação. Houve quatro votos favoráveis à discussão do assunto no Conselho, quatro votos contrários e quatro abstenções. Portanto, como não houve decisão do Conselho, o presidente informou que a matéria não entraria em pauta. Em seguida, o Pró-Reitor Miguel Terra observou que o Conselho Superior discutiria a proposta de regulamento da carga horária docente, apresentada pelo GT instituído com tal finalidade. O presidente destacou que a Portaria nº 17/2016 emitida pela SETEC/MEC ainda estava em vigor, e a revisão da carga horária docente seria pauta do Conselho Superior. O
120 conselheiro Jefferson Amorim lembrou que na reunião anterior, o conselheiro Gustavo Henrique Moraes, representante do MEC, disse que havia um GT trabalhando na revisão da referida portaria. O presidente então, ressaltou que fez uma solicitação para que a data de início da vigência da portaria fosse prorrogada, mas não foi atendido. Segundo o presidente, portanto, caberia o trabalho do GT, pois a portaria estava em vigor, embora estivesse passando por uma revisão. O presidente informou que houve um questionamento da CGU perguntando o motivo de o regulamento do IFRJ estar em desacordo do previsto na Portaria nº 17/2016, porém, na época a portaria ainda não estava vigente. Sendo assim, era necessária a adequação do regulamento da carga horária docente, de acordo com a portaria. Depois disso, o presidente procedeu à aprovação da
130 execução orçamentária do ano de 2016, pois era necessário superar esse ponto da pauta antes da posse dos novos conselheiros. O Pró-Reitor Miguel Terra disse que os documentos já haviam sido enviados aos conselheiros, e estava aberto a questionamentos. O conselheiro Jefferson Amorim disse que entendia que o orçamento era dinâmico, pois havia restos a pagar de 2016, e questionou se o Pró-Reitor saberia o valor que foi aplicado em investimentos. O Pró-Reitor Miguel Terra disse que de 2014 a 2015 houve um
140 quantitativo em restos a pagar, e a partir de 2015 esse valor foi muito insignificante dentro

do orçamento total, uma vez que não havia recursos suficientes. Ele disse que havia um valor em restos a pagar referente ao *Campus* Niterói, que estava empenhado desde 2015, referente à obra de edificação do *campus*, e que o objetivo era eliminar os demais restos a pagar, por orientação do MPOG. O Pró-Reitor complementou informando que desde 2015 o corte do orçamento vinha sendo grande, sendo mais de 20%, em cada ano. O conselheiro Jefferson Amorim questionou se esse corte seria em recursos de custeio ou de capital. O Pró-Reitor respondeu que os cortes eram nos recursos de custeio, e que os *campi* não pediram investimento de capital. Os Diretores-Gerais presentes corroboraram dizendo que os recursos recebidos eram insuficientes até mesmo para o custeio. O conselheiro Jefferson Amorim disse que frequentemente era publicado em Diário Oficial o pagamento de cursos *in loco* para servidores, com recursos de custeio. O conselheiro disse que esses pagamentos ocorriam, em sua maioria, no final do ano, o que dava a impressão de haver uma “sobra” no orçamento que acabava sendo gasta com os cursos. Então, o Pró-Reitor esclareceu que no último dia útil de 2016 o MEC enviou uma verba de um milhão de reais para custeio, então, os processos vigentes foram reforçados, e, dentro destes, havia dois processos de solicitação de custeio de cursos. O Pró-Reitor esclareceu ainda que o IFRJ vinha realizando seus investimentos através de TEDs e emenda parlamentar. O presidente disse que houve uma mudança na gestão anterior da SETEC em que dois terços da distribuição dos recursos da rubrica 20RG seria feita a partir de TED, e um terço seria distribuído linearmente aos institutos. Ele explicou que no caso das TEDs, o recebimento do recurso ficava condicionado à finalidade para a qual ele foi solicitado, caso contrário, o valor retornava para o MEC. Segundo o presidente, na gestão atual, todos os recursos da 20RG eram distribuídos por TED, e assim a liberdade de investimento da instituição ficava muito reduzida. Em seguida, o conselheiro Jefferson Amorim questionou se havia como utilizar o RDC. O presidente disse que sim, que quando esse recurso era recebido, ele poderia ser utilizado da melhor maneira possível. O Pró-Reitor Miguel Terra disse que o MEC estava muito focado na realização de obras, mas era necessário adquirir mobiliário para os *campi* novos, e exemplificou que o *Campus* São João de Meriti estava sendo montado com recursos de uma emenda parlamentar. O Pró-Reitor disse que desde janeiro a instituição vinha solicitando ao MEC recursos de custeio para os três *campi* novos, mas a solicitação não era atendida. Miguel Terra ressaltou que participou de uma reunião do CONIF, representando o Reitor Paulo Assis, em que foi comentada a necessidade de mais recursos para os institutos, uma vez que o orçamento total do Ministério aumentou, mas os orçamentos dos institutos diminuíram. Então, o presidente colocou em votação a aprovação da execução orçamentária de 2016. A conselheira Jane Valpassos e o conselheiro Jefferson Amorim abstiveram-se. Houve somente um voto a favor da aprovação. Então, o conselheiro Eurico Marchon Neto comentou que foi posta uma realidade clara da situação política e econômica do país. O conselheiro Jefferson Amorim questionou se o número final da execução orçamentária mudou. O Pró-Reitor Miguel Terra disse que a execução não mudou, e esclareceu que na execução o valor considerado é o empenhado até dezembro de 2016. O conselheiro Eurico Marchon Neto disse que toda execução orçamentária em desacordo com a lei torna o autor sujeito a penalidades. Então, o presidente colocou o tema novamente em votação. Houve seis abstenções e seis aprovações sobre a execução orçamentária de 2016. O Pró-Reitor Miguel Terra disse ainda que a PROAD estava permanentemente aberta aos que quiserem acompanhar a execução orçamentária ou qualquer processo específico. Depois disso, passando para o próximo ponto da pauta, o presidente concedeu a palavra à professora

190 Leila Cavalcante, presidente da Comissão Eleitoral Central para as Eleições do ConSup,
que relatou como foi realizado todo o processo eleitoral, desde a revisão das Normas para
as Eleições, em que foram incluídas as sugestões dos conselheiros, até a apuração da
votação. A professora destacou os problemas pontuais que ocorreram, e como foram
contornados. Ressaltou também o fato de ter havido um empate de votos em duas chapas
da representação Discente, e informou que o critério de desempate nesse caso foi a
195 antiguidade do candidato titular na instituição. O conselheiro Jefferson Amorim
questionou à presidente da Comissão se houve alguma falha humana no processo
eleitoral. Ela confirmou que por um lapso, a Comissão Eleitoral Local do *Campus* Rio de
Janeiro não foi adicionada à lista de e-mails para distribuição das cédulas eleitorais, e por
isso a referida Comissão Eleitoral Local confeccionou suas próprias cédulas, sem os
200 nomes dos candidatos, somente com a indicação das chapas. Ela informou que o problema
foi superado, uma vez que a Comissão Eleitoral Local do *Campus* Rio de Janeiro enviou
um memorando à Comissão Eleitoral Central afirmando que os nomes dos candidatos
estavam disponíveis para consulta do eleitor no momento da votação. Então, o
conselheiro Pedro Paulo Merat, Diretor-Geral do *Campus* Duque de Caxias, disse que
205 houve um problema de logística na maneira como as eleições foram realizadas. Ele
ressaltou o trabalho gerado para consolidar as urnas de todos os *campi* e levar ao local
designado pela Comissão Eleitoral Central. Os demais conselheiros concordaram com o
relato do conselheiro Pedro Paulo Merat. Então, o Pró-Reitor de Administração Miguel
Terra disse que o sistema de votação do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) já
210 estava sendo estudado, para que as próximas eleições fossem realizadas *online*. Em
seguida, o presidente agradeceu a participação da professora Leila Cavalcante,
ressaltando o excelente trabalho realizado pelos membros da Comissão Eleitoral Central.
A conselheira Florinda Cersósimo sugeriu para a próxima eleição que, no caso do empate
das duas chapas de candidatos do segmento Discente, fosse considerada vencedora a
215 chapa do *campus* que ainda não houvesse representação. O conselheiro Otávio Carneiro
sugeriu que a apuração pudesse ser realizada de forma local, a fim de se evitar o problema
de logística relatado pelo conselheiro Pedro Paulo Merat. O presidente comentou que
houve um índice muito grande de abstenções dos servidores e alunos na votação. O
conselheiro Jefferson Amorim solicitou que fosse publicada uma portaria de
220 agradecimento aos servidores e alunos que fizeram parte das Comissões Eleitorais. O
conselheiro Otávio Carneiro agradeceu à Comissão Eleitoral Central pelos trabalhos
realizados e solicitou ao presidente que fosse antecipada a posse dos novos conselheiros.
O presidente respondeu que iria verificar a disponibilidade de uma data anterior à reunião
seguinte do ConSup, de forma a não coincidir com a reunião do CONIF e demais
225 compromissos. Então, o presidente questionou aos conselheiros se eles estavam de acordo
com o processo eleitoral, e se o resultado das eleições poderia ser homologado. O
resultado foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a conselheira Jane Valpassos
agradeceu ao presidente e a todos os conselheiros pelos trabalhos realizados e pela
acolhida do Conselho durante o seu mandato. O conselheiro Paulo Castro também
230 agradeceu a todos pela oportunidade de participar do Conselho Superior e observou que,
em sua opinião, o ConSup deveria tratar de mais assuntos em relação aos recursos
humanos da instituição. O presidente respondeu que em muitas reuniões prevaleceram
mais opiniões políticas do que administrativas, e assim muitas discussões não foram
realizadas de maneira objetiva e produtiva. Em seguida, o presidente informou que a
235 Coordenadora da CPA, Adriana Lilian Lisboa Linhares, havia solicitado a inclusão de um

ponto de pauta urgente, e, então, passou a palavra à servidora. A Coordenadora explicou aos conselheiros que seria necessário prorrogar o mandato dos membros da CPA até o mês de março de 2018, uma vez que o mandato encerrar-se-ia em 31 de julho de 2017, porém, estava pendente a entrega do último relatório do ciclo avaliativo, cujo prazo final

240 era 31 de março de 2018. A conselheira Florinda Cersósimo disse que era necessário tomar o cuidado para que as eleições da CPA e o início do mandato ocorressem sempre de forma a completar o ciclo. A Coordenadora esclareceu que as últimas eleições foram realizadas de maneira emergencial, devido ao prazo para o credenciamento do Instituto. O conselheiro Otávio Carneiro questionou quando seriam as próximas eleições. A

245 Coordenadora respondeu que, caso a solicitação de prorrogação do mandato fosse aprovada, as próximas eleições ocorreriam em fevereiro, para início do mandato em abril de 2018. O conselheiro Jefferson Amorim pediu atenção ao período de votação devido às férias docentes e ao carnaval. O presidente ressaltou a importância da CPA, sobretudo em relação à avaliação institucional. O conselheiro Otávio Carneiro sugeriu não haver hiato

250 entre o término do mandato atual e início do mandato seguinte. Em seguida, a conselheira Jane Valpassos endossou o pedido da Adriana Lilian, uma vez que a conselheira também fazia parte da CPA. O conselheiro Jefferson Amorim questionou se havia dados dos resultados da pesquisa institucional. A Coordenadora respondeu que sim, e que os resultados foram enviados para os Pró-Reitores e Diretores-Gerais. Então, todos

255 aprovaram a solicitação de prorrogação do mandato da CPA. O presidente disse que, de todo modo, esse pedido seria submetido à Procuradoria Jurídica junto ao IFRJ, para consulta. Depois disso, o presidente questionou a todos se poderia estender a reunião por mais alguns minutos, para que fosse apresentado o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino, do *Campus* Arraial do

260 Cabo. Todos concordaram. O presidente passou a palavra ao professor do referido *campus*, Risiberg Ferreira, que apresentou o Projeto Pedagógico do curso. Ele informou que o principal objetivo do curso era capacitar os professores da Região dos Lagos e arredores. A Diretora-Geral de Pesquisa e Pós-Graduação, Luciana Nogueira, disse que o curso foi muito bem aceito na reunião do CAPOG, e elogiou o trabalho realizado pelo

265 Grupo de Trabalho instituído para o desenvolvimento do PPC do curso em questão. A Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, Mira Wengert, parabenizou o GT e também o *campus* pela iniciativa de oferta do curso. Logo após, o conselheiro João Gilberto Carvalho, Diretor-Geral do *Campus* Arraial do Cabo, declarou que o curso seria parte das estratégias do *campus* em buscar alternativas para a comunidade, e agradeceu

270 ao professor Risiberg Ferreira e à PROPPI por incentivar iniciativas como essa, além do presidente do ConSup, pelo espaço concedido no Conselho Superior. O presidente agradeceu ao professor Risiberg Ferreira por sua apresentação, e também ao *campus* e à PROPPI. Ele disse que oferecer novos cursos era um papel fundamental do IFRJ. O conselheiro Eurico Marchon Neto retirou-se. Em seguida, o conselheiro Jefferson

275 Amorim questionou se o acervo da biblioteca estava preparado para receber os alunos, se havia previsão de PDGTI institucional para aquisição de material de informática, e se a oferta do curso estava voltada para toda a comunidade. O professor Risiberg Ferreira respondeu que a biblioteca estava apta a receber os alunos do curso, e ainda havia previsão de adquirir novos livros. O conselheiro João Gilberto Carvalho disse que o orçamento já

280 estava previsto, e o curso seria fornecido com profissionais já lotados no *campus*. Quanto ao acervo de biblioteca, o conselheiro respondeu que o *campus* já possuía, mas estava prevista a aquisição de mais livros e material didático. Quanto ao mobiliário e

equipamentos de tecnologia, o professor Risiberg Ferreira respondeu ao conselheiro Jefferson Amorim que já havia um processo de licitação em andamento. O conselheiro
285 questionou se a licitação estava atendendo à Instrução Normativa nº 04 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal. A conselheira Jane Valpassos, Diretora de Administração do *Campus* Arraial do Cabo, respondeu que sim. Quanto à abrangência, o professor Risiberg Ferreira respondeu que a intenção do curso era atender a toda a Região dos Lagos, mas estavam cientes de que poderia haver
290 inscrições de pessoas de locais mais distantes. Em seguida, o conselheiro Pedro Paulo Merat perguntou se o corpo docente do curso seria composto somente com professores do *Campus* Arraial do Cabo. O professor Risiberg Ferreira disse que o curso estava aberto a professores convidados. O conselheiro Pedro Paulo Merat disse que seria interessante otimizar a carga horária docente, uma vez que haveria uma nova regulamentação nesse
295 sentido. Então, Florinda Cersósimo perguntou como seria realizado o processo seletivo para os interessados no curso. O professor Risiberg Ferreira respondeu que o processo seletivo seria feito por meio de análise curricular e entrevista. O conselheiro Marco Aurélio Louzada questionou se o trabalho de conclusão seria em forma de artigo científico, e o professor Risiberg Ferreira respondeu que sim, e, caso o artigo fosse considerado apto à publicação, poderia ser publicado. O conselheiro Marco Aurélio
300 Louzada questionou se a rede local suportava os equipamentos necessários para a realização das aulas. O professor Risiberg Ferreira respondeu que sim. O conselheiro questionou como seria lecionada a disciplina de robótica. O professor respondeu que um professor do *campus* já possuía o equipamento necessário e um outro equipamento seria adquirido pelo *campus*. Então, o conselheiro Marco Aurélio Louzada questionou quanto às disciplinas que só possuíam um professor. Risiberg Ferreira respondeu que nesses
305 casos, tratavam-se de professores especialistas da área de tecnologia. O conselheiro João Gilberto Carvalho respondeu que isso era uma dificuldade inerente a qualquer curso, mas que poderia haver parcerias com outros *campi* na falta de um professor. O professor Risiberg Ferreira disse que o *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin já demonstrou interesse em estabelecer parcerias para a parte técnica. O conselheiro Marco Aurélio Louzada comentou que o *Campus* Nilópolis possuía uma impressora e um scanner 3D, e poderia ser um instrumental útil ao curso. O conselheiro Jefferson Amorim lembrou que em último caso poderia ser contratado um professor substituto. Depois disso, o presidente
315 complementou que havia instituições que trabalhavam de forma trimestral ou bimestral, sem prejudicar a carga horária dos conteúdos programáticos, restringindo o número de disciplinas por período, favorecendo os estudos do aluno. O professor Risiberg Ferreira disse que as disciplinas seriam ofertadas de duas em duas. O curso foi considerado aprovado por todos os conselheiros. Depois disso, o conselheiro Jefferson Amorim reiterou o pedido de aprovação *ad referendum* do Regulamento das Bibliotecas. A conselheira Florinda Cersósimo disse que recebeu uma solicitação de auditoria, em que ficou claro que os livros do PNL D seriam parte do patrimônio institucional; porém, no Regulamento das Bibliotecas que foi submetido ao ConSup, foi colocado que a instituição não tinha responsabilidade sobre esses livros. Desta forma, a conselheira disse que esse
320 ponto do Regulamento deveria ser revisto. O presidente solicitou à conselheira que passasse essa observação ao departamento responsável, para que o Regulamento pudesse ser adequado. Então, o presidente agradeceu a presença de todos os conselheiros que encerravam o mandato nesta data, e encerrou a reunião às treze horas e quatro minutos,
325

330 e, nada mais havendo a ser tratado, eu, Mônica Castro, encerro a presente ata, que seguirá assinada por mim e pelo presidente.